

CENTRAL DE  
LICITAÇÕES



União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 022/2025-CL/PMMZ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17112025/01-PMMZ**

**CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER**

**OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para diversas modalidades, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/03/2026 às 09h00 (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM**



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR





## Sumário

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3.	DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	7
6.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	11
8.	DOS RECURSOS .....	14
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	15
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 022/2025-CL/PMMZ**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17112025/01

O **MUNICÍPIO DE MAZAGÃO** torna público que o realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com **DISPUTA ABERTA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, nos termos d da **Lei nº 14.133/2021**, Decreto Municipal nº 164/2023/PMMZ, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é o Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para diversas modalidades, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação terá como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), cadastrarem suas propostas e preencherem os requisitos de habilitação exigidos.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras seus lances e suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação ou inabilitação no curso do processo.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.6. Não poderão disputar esta licitação:**

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

ACESSE O PORTAL  
PMMZRUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP[WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR](http://WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR)

**CENTRAL DE  
LICITAÇÕES**

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, na data da sessão de abertura das propostas, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Sociedades cooperativas;
- 2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3. DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

[WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR](http://WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR)





CENTRAL DE  
LICITAÇÕES

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 5 e 7 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#); e

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. A falsa declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



**CENTRAL DE  
LICITAÇÕES**

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor global e valor unitário;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

[WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR](http://WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR)





4.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços de referência da Administração, os quais só serão divulgados após o encerramento da disputa de lances;

4.10. O descumprimento por parte dos contratados, das regras supramencionadas pela Administração, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL DO LOTE.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 100,00 (cem reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





- 5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.





CENTRAL DE  
LICITAÇÕES

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Município de Mazagão;

5.18.2.2. empresas amapaenses;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Município de Mazagão;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor estimado para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

5.19.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



5.20. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta consolidada de pessoa jurídica, mantida pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. Caso conste a existência de Ocorrências Impeditivas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas.

6.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.5. As propostas de preço ajustadas ao lance final deverão ser encaminhadas exclusivamente pelo sistema, devendo conter a descrição detalhada do produto ofertado, incluindo marca, modelo e acompanhados de ficha técnica ou folder, até data e horário definidos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora dos lances que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços, inclusive unitários, inexequíveis ou permanecerem acima do preço de referência da Administração;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. É indício de inexequibilidade, as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, poderá ser confirmada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



**CENTRAL DE  
LICITAÇÕES**

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

6.7.1.1. que a proposta ofertada apresente lucro zero, considerando o custo de execução do objeto, tais como frete, impostos, taxas, encargos, etc.; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará os preços praticados no mercado local.

6.9. O licitante poderá ser convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com detalhamento das despesas e dos encargos, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem por si só motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos neste edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por documentos eletrônicos emitidos em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), bem como, nos termos do artigo 12, IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6. A habilitação será verificada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

### Regularidade jurídica:

7.6.1. Comprovação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



**CENTRAL DE  
LICITAÇÕES**

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

- 7.6.2. Cédula de identidade dos sócios;
- 7.6.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- 7.6.4. Alvará de funcionamento, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.
- 7.6.5. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverão apresentar ainda a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Instrução Normativa nº 36, de 02/03/2017, do Diretor do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;
- 7.6.6. Certificado de Registro Cadastral do SICAF.
- 7.6.7. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 7.6.8. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- 7.6.9. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU; e
- 7.6.10. Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público – TCE/AP.

**Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- 7.6.11. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.6.12. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, bem como, certidão negativa de execução fiscal, no caso de entes que não emitam certidão conjunta;
- 7.6.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.6.14. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT) emitida pela Justiça Trabalhista;
- 7.6.15. Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de execução fiscal da Procuradoria do Município de Mazagão, emitida nos últimos 30 dias anteriores ao certame.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

- 7.6.16. Balanço patrimonial dos últimos dois exercícios sociais exigíveis (2023 e 2024), registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 7.6.17. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 7.6.18. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:



ACESSE O PORTAL  
PMM2

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR





CENTRAL DE  
LICITAÇÕES

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.6.19. As empresas deverão comprovar capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.6.20. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

7.6.21. Certidão falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.6.22. Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, juntamente com Certidão Específica Digital, de todos os atos averbados, e Certidão de inteiro e teor da licitante interessada em participar deste referido certame as documentações deverão estar com a validade máxima de 30 (trinta) dias.

#### Qualificação Técnica:

7.6.23. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante forneceu, bens/produtos com características semelhantes e compatíveis com o objeto do Edital.

7.6.24. Comprovação que já forneceu contrato(s) com um mínimo de 40% (quarenta por cento) do quantitativo previsto, para tal comprovação não será admitida a somatória de atestados.

#### A Licitante deverá apresentar ainda:

7.7. Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;

7.8. O licitante deverá anexar, juntamente com a proposta final o catálogo com modelo dos produtos ofertados, contendo informações detalhadas quanto às características, especificações técnicas e demais dados necessários à adequada avaliação pela Central de Licitação. Os documentos apresentados deverão estar legíveis e atualizados, de modo a permitir a comprovação da conformidade dos itens propostos com as exigências do Termo de Referência.

7.9. Declaração de elaboração independente de proposta.

7.10. As pessoas jurídicas amparadas pela Lei Complementar 123/2006, estão obrigadas a apresentar toda a documentação exigida acima, mesmo nos casos de restrição, sob pena de inabilitação.

7.11. Os documentos sem data de validade expressa, serão considerados válidos por 60 (sessenta) dias após a sua emissão.

7.12. Os documentos extraídos pela internet poderão ter suas autenticidades verificadas pela Comissão ou qualquer licitante, quando houver dúvidas quanto à autenticidade.



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



CENTRAL DE  
LICITAÇÕESUnião e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

7.13. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14. Toda a documentação exigida deverá ser entregue em nome da matriz ou filial exclusivamente do licitante em disputa.

7.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **HABILITANET** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.14.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço final.

7.15. A verificação no **HABILITANET** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor da etapa de lances.

7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta e documentação que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

ACESSE O PORTAL  
PMMZRUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



**CENTRAL DE  
LICITAÇÕES**

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 10 (dez) minutos.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. As peças de recursos deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver exarado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

8.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão formalizar o pedido e informar o e-mail para envio.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
  - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR





9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.5.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.5.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4 a 9.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.







9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Mazagão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4 a 9.1.8, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas



**CENTRAL DE  
LICITAÇÕES**

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico após o encerramento dos procedimentos.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão devidamente divulgada no sistema.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito subjetivo à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias e horário de expediente da Administração, que é de segunda a sexta feira, de 07:30 às 13:30.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Não serão admitidos para fins de habilitação, protocolos ou petições de emissão de documentos em substituição aos documentos exigidos neste edital.

11.10. As certidões negativas de execução fiscal e da dívida ativa deverão ser solicitadas junto ao e-mail: [progempmmz2025@gmail.com](mailto:progempmmz2025@gmail.com).

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.12. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

11.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.13.1. ANEXO I – Termo de Referência;



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

[WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR](http://WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR)



CENTRAL DE  
LICITAÇÕES

União e Desenvolvimento:  
Construindo o **Futuro de Todos.**  
Gestão 2025 - 2028

- 11.13.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 11.13.3. ANEXO III – Minuta de Contrato.

Mazagão-AP, 03 de março de 2026.

**Trayce Keully de Almeida Peixoto Vidinha**  
Agente de Contratação



ACESSE O PORTAL  
PMM2

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

[WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR](http://WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR)



## ANEXO I DO EDITAL

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17112025/01-PMMZ

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO:**

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para diversas modalidades, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

**2. FUNDAMENTO LEGAL:**

2.1 A contratação será realizada com base nos artigos 6º, 11, 18, 20 e 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, Constituição Federal de 1998, suas alterações e demais legislações pertinentes à Contratação, observando os princípios da eficiência, economicidade, legalidade e continuidade do serviço público.

**3. JUSTIFICATIVA:**

3.1 A Secretaria Municipal de Desporto e Lazer necessita adquirir materiais esportivos essenciais para o pleno funcionamento e fortalecimento das atividades desenvolvidas em diversas modalidades atendidas pelo município. Atualmente, a demanda por equipamentos adequados e em quantidade suficiente tem aumentado significativamente, seja pela ampliação dos projetos esportivos, pelo crescimento do número de participantes ou pela realização frequente de eventos e competições promovidos pela gestão municipal.

3.2 A inexistência, insuficiência ou desgaste dos materiais disponíveis tem gerado limitações na execução das atividades, impactando diretamente na qualidade das práticas esportivas, na segurança dos usuários e na capacidade de atender de forma satisfatória a comunidade. Dessa forma, torna-se imprescindível a reposição e aquisição de novos itens, garantindo condições estruturais adequadas para treinamentos, aulas, torneios e demais ações esportivas ofertadas.

3.3 Os materiais esportivos pretendidos atendem modalidades como futebol, futsal, vôlei, basquete, atletismo, handebol, entre outras, possibilitando a continuidade e expansão dos projetos sociais, programas de iniciação esportiva e eventos comunitários. A aquisição contribuirá também para o incentivo ao esporte como instrumento de inclusão social, promoção da saúde física e mental e desenvolvimento integral de crianças, jovens, adultos e idosos.

3.4 Assim, evidencia-se a necessidade de equipar a Secretaria com itens que assegurem qualidade, durabilidade e desempenho, permitindo a execução eficiente das atividades e garantindo o atendimento adequado às demandas da população.

**4. DAS ESPECIFICAÇÕES E DE SUAS RESPECTIVAS QUANTIDADES:**

4.1. As especificações dos produtos e a respectiva quantidade estimada estão devidamente listados abaixo:

**LOTE I - BOLAS**

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR





ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	Bola Basquete Masculina: Peso: <b>580 – 620 g.</b> - Circunferência: <b>75 – 77 cm.</b> - Número de gomos: <b>8.</b> - Material externo: laminado em <b>microfibra</b> , para toque macio e aderência. - Construção: matrizada (“moldagem matrizada”), o que contribui para melhor encaixe e equilíbrio. - Câmara de ar: <b>6D</b> (sistema de discos simétricos para balanceamento). - Forro interno: multiaxial, com fios sintéticos para resistência e durabilidade.	UND	240
2	Bola Basquete Feminina: Peso: adequado ao tamanho 6 de basquete (normalmente menor que o tamanho 7), conforme padrão de bolas femininas ou junior — específico conforme fabricante. - Circunferência: deve seguir medidas regulamentares para bola feminina (tamanho 6) conforme normas de federações (ex. FIBA feminina), normalmente entre <b>72–74 cm</b> (valor estimado com base nos tamanhos padrão). - Número de gomos: <b>8.</b> - Material externo: microfibra ou material sintético de toque macio.	UND	240
3	Bola Basquete Laranja Tam. 7: Bola de basquete para adulto (tamanho 7). - Material: pode ser de <b>borracha aderente</b> ou material composto, dependendo do modelo exato, mas deve ser resistente para uso em quadra. - Câmara interna: câmara padrão de ar (ex. butil ou similar), com válvula de pressão. - Peso: dentro da faixa regulamentar para bola tamanho 7 (por exemplo, entre ~ 580-620 g, conforme normas de basquete). - Número de gomos: normalmente entre 8 a 12, dependendo do fabricante.	UND	150
4	Bola Beach Soccer Fusion: Bola para beach soccer. - Superfície: confeccionada para resistir à areia, com material sintético resistente à abrasão. - Câmara de ar: câmara que mantém pressão adequada mesmo com contato com areia. - Tamanho: conforme padrão oficial de beach soccer (normalmente tamanho semelhante ao futebol tradicional, dependendo do regulamento local). - Peso: compatível com normas de beach soccer (ex.: ~420-450 g, dependendo do modelo)	UND	200



5	Bola Futebol Campo Nº4 Juvenil - Material externo: revestimento sintético (PU ou similar) resistente. - Tipo de construção: laminado ou costurado (dependendo modelo de referência), com reforço de camada interna. - Câmara: câmara de ar (butil ou semelhante) para manter pressão ideal. - Peso: compatível com bola tamanho 4 (exemplo: entre ~ 350-390 g, conforme fabricante e regulamentos).	UND	500
6	Bola Futebol Campo: Bola de futebol para campo, tamanho 5 (adulto). - Material externo: sintético (PU ou similar) de alta resistência. - Construção: reforçada para durabilidade, com costura ou laminação reforçada. - Câmara: câmara de ar (butil ou similar) para manter pressão por longos períodos. - Peso: de acordo com padrão oficial para bolas de futebol (por exemplo, entre ~ 410-450 g, dependendo modelo específico).	UND	400
7	Bola Society: society tamanho 5 Peso padrão society: entre <b>420 e 450 g</b> . - Circunferência aproximada: <b>68–70 cm</b> . - Câmara interna de butil com alta retenção de ar. - Revestimento externo em PU de alta resistência e textura levemente microgranulada para melhor aderência. - Indicado para grama sintética e natura	UND	500
8	Bola Futevôlei: Bola para prática oficial de futevôlei. - Peso aproximado: <b>430–450 g</b> . - Circunferência: <b>66–68 cm</b> . - Revestimento em PU macio com textura antiderrapante para melhor controle com os pés, coxa e cabeça. - Construção termo-soldada ou laminada de alto desempenho.	UND	150
9	Bola Futsal M1000: Bola de futsal tamanho oficial <b>62–64 cm</b> . - Peso: <b>400–440 g</b> . - Construção em <b>Termotec</b> ou termo-fusão, garantindo menor absorção de água. - Revestimento externo em PU premium com textura para melhor grip. - Miolo de alta durabilidade, lubrificado e removível.	UND	400
10	Bola de Futsal oficial adulto, sistema termotec, confeccionada em PU Ultra 100%, câmara de butil e miolo removível e lubrificado, com 61 a 64 cm de circunferência e peso variando entre 410 a 440 g, com selo de aprovação da FIFA, ano corrente.	UND	400



CENTRAL DE  
LICITAÇÕES

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

11	Bola de Futsal oficial da FPFS, sub 13, sistema termotec, confeccionada em PU, com 55 a 59 cm de circunferência e peso variando entre 350 a 380 g, ano corrente.	UND	400
12	Bola de Futsal oficial da FPFS, sub 9, sistema termotec, confeccionada em PU, com 50 a 53 cm de circunferência e peso variando entre 250 a 280g, ano corrente.	UND	400
13	Bola de Handebol Feminino Adulto Oficial e Juvenil Masculino Oficial, confeccionada em PU e microfibra, costurada, dupla laminação, que proporcione alta aderência nas mãos, contendo em seu interior câmara em butil, com 54 cm a 56 cm de circunferência, pesando entre 325 e 400 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, aferida, oficializada pela Confederação Brasileira de Handebol, ou pela Federação Paulista de Handebol ou no mínimo, por 03 (Três) federações da modalidade (entenda-se por oficializada aquela utilizada nos campeonatos oficiais das respectivas Confederação e Federação, no corrente ano), com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.	UND	4
14	Bola de Handebol Infantil Masculino/ Feminino e Juvenil Feminino, confeccionada em PU e microfibra, costurada, dupla laminação, que proporcione alta aderência nas mãos, contendo em seu interior câmara em butil, com 49 cm a 51 cm de circunferência, pesando entre 230 e 270 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, aferida, oficializada pela Confederação Brasileira de Handebol, ou pela Federação Paulista de Handebol ou no mínimo, por 03 (Três) federações da modalidade (entenda-se por oficializada aquela utilizada nos campeonatos oficiais das respectivas Confederação e Federação, no corrente ano), com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição.	UND	32
15	Bola Iniciação Diâmetro: 47 - 50 cm; Peso: 180 - 200 g	UND	240
16	Bola Tênis: com 3 Tubo e 3 bolas em cada embalagem; Dimensões da Embalagem aprox. (AxLxP): 21 x 8 x 8 cm.	UND	152
17	Bola Tênis de Mesa Kit com 10 bolas; Diâmetro aprox.: 40mm Peso: aproximadamente 2,8g; Cor: Laranja Material: Plástico ABS	UND	225
18	Bola Vôlei Pro 8.0 Oficial	UND	120

## LOTE 2 - DIVERSOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	Antena para Vôlei Esportes em Fibra de Vidro - Par de hastes de <b>fibra de vidro</b> . - Comprimento aproximado: <b>1,80 m</b> . - Diâmetro: cerca de <b>10 mm</b> ( $\approx 3/8"$ ). - Pintura listrada com faixas alternadas (cores contrastantes) a cada 10 cm, para alta visibilidade. - Tratamento superficial: esmalte sintético ou similar resistente a intempéries.	Par	48



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



CENTRAL DE  
LICITAÇÕES

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Peso aproximado por par: variável dependendo do fabricante, mas construído para ser leve e flexível.</li> <li>- Fixação: sistema para acoplar nas extremidades da rede de vôlei, podendo usar velcro ou suporte similar conforme norma de instalação.</li> <li>- Uso: delimitação do limite lateral da quadra, de acordo com regras oficiais de voleibol.</li> <li>- Durabilidade / resistência: deve suportar impactos repetidos da bola, exposição à luz solar, sem trincar facilmente.</li> </ul>		
2	<p>Aparador de Chute 40x40cm, Artes Marciais - Amarelo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Almofada de impacto (kick pad) com área de contato de <b>40 x 40 cm</b>.</li> <li>- Estrutura interna: espuma de <b>alta densidade</b>, para absorção eficaz de impactos fortes. (Exemplo de densidade usada em pads similares: espuma D40 ou igual/semelhante.)</li> <li>- Revestimento externo: lona sintética reforçada, PU ou material resistente ao desgaste e suor.</li> <li>- Alças: alças ergonômicas para o treinador (mínimo duas, laterais ou traseiras), para garantir boa pegada e ajuste no braço / antebraço.</li> <li>- Costuras reforçadas nos pontos de maior tensão.</li> <li>- Segurança: bordas arredondadas, sem quinas cortantes, para evitar machucar o praticante ou o treinador.</li> </ul>	UND	120
3	<p>Aparador de Chute - Dimensões: <b>39 cm</b> de comprimento x <b>20 cm</b> de largura x <b>9 cm</b> de espessura.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Núcleo: espuma de alta densidade para amortecer chutes e golpes dirigidos.</li> <li>- Camada intermediária (se houver): pode incluir EVA ou outro material para distribuir o impacto.</li> <li>- Revestimento externo: couro sintético (PU) ou lona reforçada para resistir a impactos repetidos.</li> <li>- Alça ajustável: pelo menos uma alça para prender no braço ou antebraço do treinador / companheiro de treino.</li> </ul>	Und	60
4	Bombas para enchimento de Bolas, manual com bico de rosca e substituível, modelo dupla ação com bico sobressalente na canola de pressão	UND	32
5	Kit com Esticador de Raias para Piscina 1 Unidade (95 Cm) Acompanha: 16 Discos 105 mm x 54 mm; 3 Boias; 1 Metro de Corda	UND	32
6	Colchonete para Ginástica medindo 130 x 60 x 4cm, revestido em vinilona KP1000.	UND	600
7	Colete Dupla Face Esportivo Azul TAM G	UND	600
8	Colete Dupla Face Esportivo Vermelho TAM G	UND	600
9	Cone medindo 31cm Plástico Azul Base quadrada 16,5 x 16,5 cm; Peso: 118 gramas a unidade	UND	1.200
10	Cronometro Profissional Eletronico Digital, contagem progressiva e regressiva resolução 1/100 segundos, alarme sonoro, mostra a volta mais rápida, volta mais lenta e calcula o tempo médio, contagem regressiva com faixa de trabalho de 10 horas, função ritmo com intervalos de ritmo selecionáveis, mostra ano, mês, data, semana, hora, minutos e segundos, formato de hora 12/24 e estrutura resistente à água e iluminação.	UND	180
11	Cronômetro Cromado 10 Voltas Profissional, Tamanho 6,5x6,5 x2cm, peso aproximado de 130g	UND	32



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR





CENTRAL DE  
LICITAÇÕES

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

12	Super Kit Com 3 Extensores: 1 Unidade Extensor Elástico Tensão Super Forte 1 Unidade Extensor Elástico Tensão Extra Forte 1 Unidade Extensor Elástico Tensão Forte Comprimento: Mínimo: 1,27 m / Máximo: 2,88 m Largura do puxador: 12 cm Composição: Borracha	KIT	92
13	Fita para Marcação Quadra de Vôlei Oficial Vermelha (8x16 Mt)	UND	60
14	Espaguetti para aulas de hidroginásticas, confeccionada em ethafon, coloridos sem furos central.	UND	1.500
15	Polibóia Flutuador em Eva comprimento: 25 cm, largura: 10 cm, altura: 9 cm	UND	300
16	Jogo de Malha em Aço Oficial 750 Grs; Dimensões de 110x150x100mm e com peso de aproximadamente 5kg	UND	60
17	Jogo de peça de Xadrez, oficial, sendo o Rei com 10,5 cm., Rainha com 9 cm., Bispo com 8 cm., Cavalo com 7 cm., Torre e Peão com 5 cm., nas cores branca e preta, confeccionados em madeira, chumadas e com feltro individual, embaladas em saco com forração interna em feltro para não riscar as peças.	jogo	120
18	Tabuleiro Xadrez, oficial CBX, em polietileno, formato de 50 x 50 cm., com acabamento retilado, com a área impressa na frente com 64 casas e no verso 100 casas, no tamanho de 5 x 5 cm., notação algébrica, base inferior de "a" a "h" notação algébrica na coluna esquerda de "1" a "g" na cor cinza 20% alternada na cor verde bandeira, sendo a casa "a1" na cor verde bandeira, com impressão de casa no verso do tabuleiro, no tamanho de 4,5 x 4,5 cm., na cor verde bandeira e cinza 20% na área extrema do tabuleiro na cor branca sendo utilizada para Jogo de Damas.	UN	120
19	Aparador de Soco (Luva de Foco) com dimensões de comprimento x largura x altura – 19cm x 5cm x 25cm	Par	60
20	Mini Band Resistência Leve Laranja 25 x 5 x 0,04cm	Un	92
21	Mini Band Resistência Média Verde 25 x 5 x 0,06cm	Un	92
22	Mini Band Resistência Forte Azul 25 x 5 x 0,08cm	Un	92
23	Mini Band Resistência Extra Forte Cinza 25 x 5 x 0,12 m	Un	92
24	Prancha Natação em EVA medindo 30x40x3 cm de espessura, na cor amarela	UN	300
25	Posicioner Esportes (Pratinho) Treinamento na cor amarela; altura de 6,5 cm; diâmetro da base 19cm; espessura 1,8mm; diâmetro do orifício 5,4cm. Kit com 10 und	kit	400
26	Protetor de Cabeça e Queixo p/ treino de Lutas: couro sintético ou PU, que proporcionam boa absorção de impacto e longa durabilidade. Cor vermelha ou azul	Un	60
27	Raia p/ Piscina - Anti Marola de 5 metros: Dimensões da boia Diâmetro 86,5 mm - 80,5 mm comp. Dimensões do disco: Diâmetro 91 mm - 93,5 mm comp.	Metro	2.400
28	Kit de Raquete para Tênis de Mesa estilo caneta com 2 bolinhas: com borracha celular nos dois lados da raquete na cor laranja ou amarela. Medidas aproximadas da Raquete: 24 x 14 x 3 cm Medidas Bruto: 30 x 17 x 5 cm	UN	120
29	Raquete Tênis Campo: ideal para crianças de 6 a 8 anos, cabeça: 95 sq.im, peso	UND	60



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



CENTRAL DE  
LICITAÇÕES

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

	230 g, comprimento 23,6 in, composição em alumínio, grip: 00.		
30	Raquete para Tênis de Campo, em grafite e tungstênio, tecnologia GT, integrados em sua estrutura, cabeça 100 sq.in, peso 315 g, equilíbrio 315 mm., rigidez 72 ra, comprimento 27/27,5 in, syntecgrip, sistema córtex, que atua entre a cabeça e a empunhadura da raquete, filtrando as vibrações e transmitindo melhor sensação de jogo, empunhaduras que variadas, I3 4.3/8 ou I4 4.1/2, encordoamento com a corda pro blue.	UND	60
31	Rede para Aro de Basquete, tipo chuá, fio 8mm de polipropileno, com alças para fixação nos aros.	UND	60
32	Rede de Futebol Society 6,20M e Fio 4mm	PAR	60
33	Rede para trave de Futebol Campo Fio 4mm Super	PAR	60
34	Rede de Futebol Salão Fio 6mm Seda com Bolsa contendo um par de redes	Par	60
35	Rede de proteção, em polipropileno, 4mm, 140 metros de largura x 4 m de altura, sem emendas, com cabos de aço para fixação ao teto e sistemas de recolhimento total.	und	300
36	Rede para Tênis: Malha Dupla 1 Lona Algodão Fio 2mm, <b>Malha:</b> 5 x 5 cm; <b>Dimensões (C x L):</b> 13 x 1 metros.	UND	32
37	Suporte Tênis de Mesa com Rede 180 cm de comprimento e 15 cm de largura.	kit	120
38	Calibrador Digital para bolas com duas agulhas	UND	92
39	Saco de Pancada 120cm Academia Lona Marítima	UN	60
40	Saco de Pancada 160cm Academia Lona Marítima	UN	60
41	Step em E.V.A 90 x 30 x 14cm	UND	300
42	Conjunto de Rede e Poste de Tênis de Mesa, rede fabricada em algodão na cor azul escura e linha superior na cor branca, com postes confeccionados em aço, pintura na cor preta, com sistema de fácil fixação por meio de grampos com molas e borrachas protetoras que fixam e protegem a mesa, permitindo uma abertura dos grampos suficientes para se encaixar em mesas de até 35mm, com dimensões regulamentadas pela ITTF, sendo que os postes devem permitir que as redes se estendam até 1,83 de comprimento (15,25 cm além das bordas laterais da mesa) e sua altura possa ser regulada a 15,25 cm da superfície da mesa, por meio de parafusos de regulagem e a tensão das redes por barbantes com correntes e bolas para regulagem.	UND	120
43	Kimono Adulto de Karatê Branco - A1 com reforços nas axilas acompanhado de faixa branca simples; tecido de lona (K10) de 600g/m (375/m²) - 100% algodão; Reforços nas axilas e gola batida em 4 costuras paralelas.	UND	300
44	Balança digital glass esportiva para pesagem de pacientes, alunos e atletas, modelo digital, sensores de alta precisão, com capacidade de peso de até 200-kgs	UND	50
45	Kimono Infantil de Karatê Branco - A1 acompanhado de faixa branca simples sarja de 350g/m (220/m²) - 100% algodão; Reforços nas axilas e gola batida em 4 costuras paralelas	UND	50
46	Kimono Adulto de Judô Simples Branco: Paletó e calça com tecido em sarja de 350g/m (220g/m²); Reforços nas axilas, peito, costas e joelho; Gola com quatro costuras, recheada com entreteia.	UND	30
47	Kimono Adulto de Jiu Jitsu Trançado Azul, Gola grossa feita em lona com 6 (seis) costuras e EVA. Calça feita de sarja, tecido duplo na coxa até a barra e quatro reforços extras	UND	30
48	Corda de Pular de Nylon 2,5 mt Cabo em Madeira	UND	500



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



**LOTE III - MESAS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	Mesa de Tênis de Mesa, dobrável com travas de segurança, confeccionada em MDF, Pintada na cor azul escura e fosca, com superfície uniforme, tendo as linhas laterais e de fundo na cor branca de 2cm de largura, dividida em duas partes iguais por uma linha branca de 3mm de largura, no sentido do comprimento. Estrutura dos pés em tubos quadrado de ferro e Pés Centrais com rodízios giratórios com trava. Regulagem para correção de desnível no piso. Espessura do tampo – 28 mm. Comprimento: 2,74 metros. Largura: 1,525 metros. Altura: 76 cm	UND	60
2	Mesa de sinuca (medindo 190cm de comprimento, 120cm de largura e 85cm de altura)	UND	10

**5 – DO PREÇO**

5.1. O valor médio contratual é de R\$ 2.739.465,62 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos). podendo esse valor sofrer reajuste conforme oscilação de mercado, conforme planilha acima deste Termo de Referência.

**6 – PRAZO DE VIGÊNCIA**

6.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. Podendo ser prorrogado pelo mesmo período, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei 14.133/2021

**7 – DO LOCAL E FORMA DE ENTREGA**

7.1. A aquisição dos materiais será fornecida de forma parcelada, mediante pedido antecipado, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Desporto e lazer. O prazo de entrega dos materiais é de 30 dias, contados a partir da assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho (NE) pela contratada.

7.2. Os materiais adquiridos deverão ser recebidos pela Secretaria Municipal de Desporto e lazer de Mazagão-AP, de segunda a sexta-feira, no horário das 08 às 12 horas e das 14 às 18 horas.

7.3. Os materiais serão recebidos provisoriamente de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhante e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

7.4. Os materiais poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, caso estejam em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Os materiais serão recebidos definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

ACESSE O PORTAL  
PMMZRUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



7.6. Na hipótese de a verificação mencionada no subitem anterior não ser realizada dentro do prazo fixado, considerar-se-á como efetuada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo dos materiais não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 8 – DA NOTA FISCAL:

8.1. Toda entrega dos produtos oriundos da Contratação deverá obrigatoriamente ser acompanhada da respectiva nota fiscal descrevendo os produtos, quantitativos unitários e totais.

8.2. Para fins de rastreabilidade dos produtos, obrigatoriamente, a nota fiscal deve identificar expressamente o lote e a validade dos produtos entregues, se for o caso, assim como, virem acompanhadas de uma cópia da respectiva nota de empenho, para confronto das especificações no ato da conferência e recebimento.

8.3. A nota fiscal só será encaminhada para pagamento após o recebimento e o aceite definitivo dos produtos.

## 9 – DO TRANSPORTE DO PRODUTO:

9.1. É de inteira responsabilidade da empresa contratada o transporte, sem ônus adicional de qualquer natureza ou espécie, para o local designado na Ordem de Fornecimento ou acordados no ato do recebimento da nota de empenho.

## 10 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1 A Contratação deverá adotar todas as práticas necessárias no fornecimento do item e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio destes produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

## 11 – SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 12 – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

12.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguinte da Lei nº 14.133, de 2021.

## 13 – EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. Para fins de habilitação, devera o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;







**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como **Empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

CPF (regular perante a receita federal), do proprietário e dos respectivos sócios se houver.

Em se tratando de Procuradores, deve ser apresentado instrumento de procuração pública ou particular, com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento de identificação com foto e Cadastro de Pessoa Física.

Alvará de funcionamento de 2025.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, documento com emissão atualizada de 2025;  
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, documento com emissão atualizada de **2025**;

Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balço Patrimonial, juntamente com as Demonstrações Contábeis: DRE, Nota explicativa, apresentados na forma da lei, por tanto extraída cópia do Livro Contábil Diário, o qual foi devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente. Acompanhados da cópia do termo de abertura e encerramento do livro diário, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente.

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores ou igual a 1,0 (um) resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG \text{ (Liquidez Geral)} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL Em LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL Em LONGO PRAZO}}$$

$$SG \text{ (Solvência Geral)} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL Em LONGO PRAZO}}$$

$$LC \text{ (Liquidez Circulante)} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**Obs.:** As fórmulas acima deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.





Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

Empresas optantes pelos sistemas tradicionais de escrituração, incluindo Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e assemelhados, deverão apresentar original ou fotocópia do documento de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis.

Empresas optantes pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), incluindo Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e assemelhados, deverão apresentar original ou fotocópia do documento de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis; juntamente com o comprovante de recibo de entrega de escrituração Contábil Digital.

#### **Qualificação Técnica**

Comprovação de aptidão para execução do fornecimento equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

O pregoeiro responsável pelo certame, poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021.

### **14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

11.1. A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e dos termos de sua proposta.
- b) Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada.
- c) Efetuar os pagamentos à contratada nas condições estabelecidas.
- d) Notificar a contratada sobre qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s) objeto deste contrato;
- e) Acompanhar e fiscalizar junto a Contratada, através do gestor do contrato ou da Secretaria Municipal Contratante, a execução do objeto contratual;

### **15 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

15.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas neste Termo de Referência;

15.2. A CONTRATADA deverá entregar os produtos até 05 (cinco) dias, após a ordem de fornecimento no local indicado na respectiva ordem;



15.3. A CONTRATADA obriga-se, ainda, a:

- a) Cumprir integralmente as disposições deste instrumento e do Ato Convocatório;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado;
- c) Substituir imediatamente qualquer produto que não atenda ao disposto no contrato, inclusive às normas de qualidade;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com Código de Defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- g) A contratada deverá indicar um preposto, para acompanhar a prestação dos serviços, assim como, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes da entrega;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Acatar todas as orientações, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

## 16 – DO PAGAMENTO:

16.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.3 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF.

16.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.







16.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.9 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar como Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.15 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM= IxNxVP, sendo:





EM= Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga.

TX=Percentual da taxa anual = 6%

I= Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \quad (6/100) \quad I = 0,00016438 \text{ 365}$$

## 17 – DO REAJUSTE

17.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



ACESSE O PORTAL  
PMM2

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR





17.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 18 – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## 19 – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

19.2 A extinção do contrato poderá ser:

19.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

19.2.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

19.2.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

19.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

19.5 O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

19.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



ACESSE O PORTAL  
PMMZ



19.5.2 Relações dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.5.3 Indenizações e multas.

## 20 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

20.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

20.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou a execução do contrato;

20.1.9 Fraudar o pregão eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do pregão eletrônico, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.1.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

20.1.13 Praticar ato lesivo previsto no [art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

20.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1 Advertência pela falta do subitem 20.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 20.1.1 a 20.1.12;







20.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 18.1.2 a 18.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 20.1.8 a 20.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

20.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

20.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.3.4 Os danos que de lá provierem para a Administração Pública;

20.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.5 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR





20.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. Qualquer esclarecimento ou informação das especificações dos produtos dispostas neste Termo de Referência será dado pelo setor responsável por sua Elaboração.

21.2. Fica eleito o foro da Comarca de Mazagão-AP, para dirimir qualquer situação que não tenha sido resolvida no âmbito administrativo.

21.3. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Termo de Referência excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, exceto, quando for explicitamente disposto em contrário.

Mazagão-AP, 09 de dezembro de 2025.

---

**Cristio Barreto Lima**  
Chefe da Divisão Esportiva  
Decreto nº 050-2025-PMMZ

---

**Filipe Damião dos Santos**  
Assistente Administrativo

**Aprovo este Termo de Referência nos termos da Lei nº 14.133/2021:**

**Raimundo Sérgio Silva da Gama**  
Secretário de Desporto e lazer  
Decreto n. 025/2025-GAB/PMMz





ANEXO II DO EDITAL  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/20XX-CL/PMMZ

PROCESSO Nº. 17112025/01-PMMZ  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. XXX/20XX-CL/PMMZ

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAZAGÃO-AP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/ MF sob o nº 05.986.427/0001-24, com sede na Rua Presidente Vargas nº 200, Bairro centro, Mazagão-AP, por Intermédio da **SECRETARIA XXXXXXXXXX**, através de seu(ua) Secretário(a) o(a) Senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (Nacionalidade), (estado Civil), com **RG nº 00000/UF** e **CPF nº 000.000.000-00**, residente e domiciliado(a) na XXXXXXXXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, Cidade de XXXXXXXX-UF doravante simplesmente denominado(a) como **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº. XXXXXXXXXXXXX, localizada na XXXXXXXXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, Cidade de XXXXXXXX-UF, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (Nacionalidade), (estado Civil), inscrito(a) no **CPF nº 000.000.000-00** e no **RG nº 00000/UF**, residente e domiciliado(a) na XXXXXXXXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, Cidade de XXXXXXXX-UF, doravante simplesmente denominado(a) como **FORNECEDOR**, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XXX/20XX-CL/PMMZ** para os itens/Lotes abaixo dispostos, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, com aplicação conforme as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para diversas modalidades, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MÉDIA DE PREÇO

2. DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 2.1. O preço unitário que vigora nesta Ata de Registro de Preços será R\$ XXXXXXXXXXXX, extrato abaixo:
- 2.2. Neste preço estão inclusos todos os custos operacionais da atividade, tributos eventualmente devidos, bem como, as demais despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a completa e perfeita aquisição do objeto desta Ata de Registro de Preços, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos operacionais.
- 2.3. O preço registrado é fixo e irrevogável por 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



- 3.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no inciso VI, do artigo 81, da Lei nº 13.303/2016;
- 3.2. Mesmo que comprovada a ocorrência de situação prevista no item 3.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 3.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela SEMDEL/PMMZ para alteração, por aditamento, do preço da Ata.
- 3.4. Na hipótese da empresa DETENTORA desta Ata solicitar revisão de preços, a mesma deverá justificar o pedido, através de planilhas detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisições de produtos.
- 3.5. Na hipótese de solicitação de revisão de preços desta Ata, a empresa DETENTORA deverá comprovar cabalmente o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido na mesma.
- 3.6. Fica facultado ao Secretaria realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quando a revisão de preços solicitada pela empresa DETENTORA desta Ata de Registro de Preços.

#### 4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura contratual prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

#### 5. RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será entregue de forma parcelada, mediante expedição de Ordem de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Desporto e Lazer ou em outro local indicado pela SEMDEL, dentro do município de Mazagão/AP, conforme solicitação formal.
- 5.2. Os produtos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Desporto e lazer, Endereço: Rua Presidente Vargas, 101 - Centro, no horário de 08h:00Min às 14h:00Min, em dias úteis, sendo de total responsabilidade da Licitante Vencedora do objeto, todas as despesas que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 5.3. O transporte e a descarga no local acima indicado correrão por conta exclusiva da DETENTORA, sem qualquer custo adicional solicitado.
- 5.4. O prazo máximo para entrega do objeto será de até 30 (trinta) dias úteis a contar da data do recebimento Ordem de Fornecimento descrita no item 5.1.
- 5.4.2. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar formalmente a Secretaria solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

ACESSE O PORTAL  
PMMZRUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR







5.4.3. A comprovação de que trata o item anterior, deverá ser promovida não apenas pela alegação da DETENTORA da Ata, mais por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente, e aceito pela secretaria.

5.4.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Secretaria na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5.4.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega em conformidade com a Lei n.º 13.303/16.

5.5. Os recebimentos provisório e definitivo dos materiais ficarão a cargo do Fiscal devidamente designado por portaria da autoridade competente.

5.6. O recebimento provisório dos objetos será realizado no momento da entrega dos materiais esportivos, ou em até 05 (cinco) dias úteis após esta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) Conferência da qualidade dos materiais esportivos, observando-se integridade, durabilidade, acabamento, resistência, conformidade com as especificações técnicas e adequação ao uso esportivo, conforme previsto no Termo de Referência;
- b) Verificação dos materiais utilizados na fabricação dos itens, de modo a assegurar que estejam de acordo com os padrões de qualidade exigidos, sem defeitos, avarias, rachaduras, costuras soltas, deformações, desgastes ou qualquer dano físico;
- c) Checagem da conformidade dos modelos, tamanhos, medidas e características técnicas em relação às descrições e especificações previamente estabelecidas pelo órgão contratante;
- d) Conferência das quantidades entregues, conforme os itens, volumes, tamanhos, cores e demais características previstas no pedido de fornecimento;
- e) Análise das condições de embalagem e transporte, garantindo que os materiais esportivos estejam devidamente acondicionados, protegidos contra umidade, impactos, deformações ou danos, e identificados com a descrição do item, quantidade e nome do contratante;
- f) Apresentação da documentação fiscal, contendo a identificação do fornecedor e do comprador, descrição detalhada dos materiais entregues, quantidades, valores unitários e totais, em conformidade com a legislação vigente.

5.7. Atendidas às condições indicadas no item acima, será registrado o recebimento mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

5.8. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

5.9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 07 (sete) dias, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

5.9.1. Correspondência do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

5.9.2. Compatibilidade do objeto entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;





5.9.3. Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

5.10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

5.11. Reserva-se a Secretaria o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A CONTRATANTE somente estará obrigada a pagar em favor da DETENTORA desta Ata, o valor que corresponder à respectiva entrega do objeto, tomando-se por base, a importância respectivamente identificada no item 2 desta Ata e de acordo com a quantidade solicitada na Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria.

6.2 O pagamento será efetuado contra empenho, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente rubricada pelo responsável pelo recebimento e liquidada, por intermédio da Secretaria solicitante.

6.3 As despesas da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do Município de Mazagão-AP. Ressaltando-se que, à época da efetivação das aquisições/contratações que poderão advir deste processo licitatório, os recursos orçamentários correspondentes correrão à custa de cada Unidade Gestora solicitante;

**6.4 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo licitatório, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;**

6.5 O pagamento será efetuado de acordo com a Resolução Executiva n.º 107/2023 – TCE/AP, subsidiada pelo art. 141 da Lei 14.133/21, obedecendo a ordem cronológica dos credores cujas despesas já foram liquidadas;

6.6 A liquidação da despesa ocorre no prazo de até 10 (dez) dias a contar do protocolo por parte do credor da solicitação de cobrança;

6.7 No âmbito de cada unidade gestora, o pagamento das despesas orçamentárias será efetuado após expedição da ordem de pagamento a que se refere o art. 64 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, respeitados a ordem cronológica das exigibilidades, classificadas por fonte diferenciada de recursos.

6.8 Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, as certidões negativas, ao fornecimento do objeto ou de parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis à unidade gestora exclusivamente quanto ao credor correlato à pendência, sempre juízo ao prosseguimento



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR





das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.

## **7. CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

7.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21 as seguintes sanções:

**7.1.1.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Mazagão, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízos das multas previstas nesse Termo e das demais cominações legais, no que couber, a CONTRATADA que:

- 7.1.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.1.1.2.** Der causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.1.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- 7.1.1.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.1.1.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.1.6.** Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato sem motivo justificado;

**7.1.2.** Será aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade com consequente impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízos das multas previstas nesse Termo e das demais cominações legais, a CONTRATADA que:

- 7.1.2.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a fase de contratação ou a execução do contrato;
- 7.1.2.2.** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.2.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.2.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 7.1.2.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.1.3.** Também ficará sujeita a sanção prevista no Item 7.1.2., sem prejuízos das multas previstas nesse Termo e das demais cominações legais, a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações descritas nos Subitens de 7.1.1.1 a 7.1.1.6., quando devidamente justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Item 7.1.1.

**7.1.4.** A sanção estabelecida no Item 7.1.2. será precedida de análise jurídica e será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração de Mazagão.



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR





**7.1.5.** Pela inexecução parcial do contrato a CONTRATADA ficará sujeito a sanção de advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, sem prejuízos das multas previstas nesse Termo e das demais cominações legais.

**7.1.6.** A CONTRATADA ficará sujeito a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas Subitens 7.1.1.1 a 7.1.1.6. e 7.1.2.1. a 7.1.2.5.

**7.1.7.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, podendo a CONTRATANTE converter em compensatória, bem como promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

**7.1.8.** As sanções previstas nos Itens 7.1.1. e 7.1.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no Item 7.1.6.

**7.1.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração e suas secretarias e fundos a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando aplicável, ou será cobrada judicialmente.

**7.1.10.** A aplicação das sanções previstas nos Itens 7.1.1., 7.1.2., 7.1.5., 7.1.6. e 7.1.7. não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à ADMINISTRAÇÃO/PMMZ.

**7.1.11.** Na aplicação da sanção de multa prevista no Item 7.7.6., será facultada a defesa do CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.1.12.** A aplicação das sanções previstas nos Itens 7.1.1. e 7.1.2. acarretará a instauração de processo de responsabilização da CONTRATADA, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**7.1.12.1.** Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o Item 7.1.12. será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

**7.1.12.2.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**7.1.12.3.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.





**CENTRAL DE  
LICITAÇÕES**

União e Desenvolvimento:  
Construindo o Futuro de Todos.  
Gestão 2025 - 2028

**7.1.13.** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pelo CONTRATADA, e será:

- I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o Item 7.1.12.;
- II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**7.1.14.** Os atos previstos como infrações administrativas neste instrumento e em leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**7.1.15.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento e na legislação aplicável ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**7.1.16.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

**7.1.17.** É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a CONTRATANTE, desde que cumprido, cumulativamente:

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste Item.

**7.1.17.1.** A sanção pelas infrações previstas nos Subitens 7.1.2.1. e 7.1.2.5. exigirá, como condição de reabilitação da licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de plano direito:

**8.1.** Pela CONTRATANTE, quando:

**8.1.1.** A DETENTORA não cumprir as obrigações constantes desta ata de Registro de Preços.



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

[WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR](http://WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR)



8.1.2. A DETENTORA não assinar o CONTRATO ou documento equivalente decorrente desta Ata, no prazo estabelecido.

8.1.3. A DETENTORA der causa a rescisão administrativa desta Ata de Registro de Preços.

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento, decorrentes desta Ata.

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pela CONTRATANTE.

8.1.7. A comunicação de cancelamento da ata de Registro de Preços deverá ser entregue a DETENTORA pessoalmente ou via portal com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

8.1.7.1. Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelada a Ata de Registro de preços a partir da última publicação. 8.2. Pela DETENTORA, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.2.1. A solicitação da DETENTORA para o cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 7 desta Ata, caso não aceitar as razões dos pedidos.

8.2.2. A comunicação de cancelamento descrita no item 8.2.1, deverá ser entregue pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

## 9. DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Mazagão-AP, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo regulamento Interno de Licitações e Contratos, Decreto nº 11.462/2023, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, Decreto nº 10.024/2019 e Lei 14.133/2021, de tudo o que consta no processo administrativo nº 17112025/01, independente de transcrição.

Mazagão-AP, xx de xxxxxxxxxxxx de 20xx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Coordenador do Fundo municipal de Administração  
(Contratante)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EMPRESA  
(Contratada)



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2025 – SEMDEL/PMMZ

MINUTA DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA DIVERSAS MODALIDADES, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER E A EMPRESA XXXXXXXX XXXXXXXX, PARA OS FINS ABAIXO DECLARADO.

Pelo presente instrumento A SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, através de seu Secretário o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, portador do CPF nº. XXX.XXX.XXX-XXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX XXXXXXX, XXXX, Bairro: XXXXXXX, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa XXXXXXXXXX pessoa jurídica de direito privado, sito XXXXX XXXXXXXXXXXX, cidade de XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seu representante Legal XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXX e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XX. XXXXXXXXXXXX XXXXXXX, cidade de XXXXXXXXXXXX-AP, denominada **PROMITENTE CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato.

O presente Contrato tem seu fundamento no Processo Administrativo n.º xxxx/xxxxx xxxxx/PMMZ, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e legislação pertinente, assim como pelas condições e termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2- O contrato tem por **OBJETO**: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para diversas modalidades, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, em conformidade com o estabelecido no TR e no quadro abaixo.

Nº	Especificação Detalhada do Objeto	Quantidade	UND	UNIT	TOTAL
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$



3			R\$	R\$
R\$				

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3- O valor contratual foi estabelecido no valor total importância de R\$ xxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), sendo pago de acordo com o fornecimento.

O valor ora estabelecido não implica obrigação da Contratante em utilizar a totalidade do montante aqui previsto, podendo a execução ocorrer de acordo com a necessidade e conveniência da Contratante, sem que disso decorra qualquer direito à indenização ou reajuste por parte da Contratada.

### CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4- O presente contrato vigorará a partir da data da sua assinatura e terá um prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

5-A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco) do valor inicial do contrato, conforme o disposto art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

### CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF.

6.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

6.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.







6.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.9 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar como Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.13 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

6.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:





EM=  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM= Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga.

TX= Percentual da taxa anual = 6%

I= Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \times \frac{N}{360} = \frac{6}{100} \times \frac{1}{360} = 0,00016438 \ 365$

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas neste Termo de Referência;

7.2. A CONTRATADA deverá entregar os produtos até 05 (cinco) dias, após a ordem de fornecimento no local indicado na respectiva ordem;

7.3. A CONTRATADA obriga-se, ainda, a:

- a) Cumprir integralmente as disposições deste instrumento e do Ato Convocatório;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado;
- c) Substituir imediatamente qualquer produto que não atenda ao disposto no contrato, inclusive às normas de qualidade;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com Código de Defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- g) A contratada deverá indicar um preposto, para acompanhar a prestação dos serviços, assim como, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes da entrega;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Acatar todas as orientações, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas

### CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - A CONTRATANTE obriga-se:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e dos termos de sua proposta.
- b) Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada.
- c) Efetuar os pagamentos à contratada nas condições estabelecidas.
- d) Notificar a contratada sobre qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s) objeto deste contrato;



ACESSE O PORTAL  
PMMZ

RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR



e) Acompanhar e fiscalizar junto a Contratada, através do gestor do contrato ou da Secretaria Municipal Contratante, a execução do objeto contratual;

#### **CLÁUSULA NONA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 O presente processo será regido pelas seguintes rubricas orçamentárias:

**Órgão : XXXXXXXXXXXXXXXX**

**Unidade : XXXXXXXXXXXXXXXX**

**Dotação: XXXXXXXXXXXXXXXX - XXXXXXXXXXXXXXXX**

**Categoria: XXXXXXXXXXXXXXXX**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1- O Instrumento Contratual firmado em decorrência do Pregão Eletrônico, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts.137 a 139 da Lei de Licitações e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou a execução do contrato;

11.1.9 Fraudar o pregão eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto à condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os



fornecedores, em qualquer momento do pregão eletrônico, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.13 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1 Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 Os danos que de lá provierem para a Administração Pública;

11.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.







11.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1- Fica eleito o foro da cidade de Mazagão/AP, para dirimir as questões relacionadas com a execução deste contrato não resolvidas pelos meios administrativos.

E, estando assim justos e acertados, assinam o presente Instrumento, em 03 (vias) vias de igual teor e forma, lido e achado conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mazagão/AP, xxxx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 20xx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal de XXXXXXXXXXXX  
Decreto nº xxxx/20xx-GAB/PMMz  
(contratante)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx  
(Contratada)



RUA PRESIDENTE VARGAS, N. 101 - CENTRO | CEP: 68.940-000  
MAZAGÃO - AP

WWW.MAZAGAO.AP.GOV.BR

